

A ATUAÇÃO FEMININA FRENTE À POLÍTICA ECONÔMICA NA AMERICA LATINA - ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

**Augusto Alves de Oliveira Neto
Keile Socorro Leite Felix**

RESUMO

No presente trabalho, temos como objetivo investigar as motivações que levam as mulheres a questionar o modelo político-econômico como sujeitos e membros de instituições sociais. Partindo deste ponto, elencamos algumas problemáticas como: o que as estimula a reagir contra a política neoliberal e quais os meios que elas utilizam para concretizarem seus objetivos? Utilizamos os seguintes referenciais para a abordagem da nossa problemática: fontes visuais, como vídeos; fontes escritas, como manifestos, cartas e discursos. Através do dialogo com as fontes foi possível perceber uma grande participação feminina na tentativa de mudanças consideráveis na realidade social na qual está inserida.

Palavras-chave: Mulheres; Política Neoliberal, Instituições Sociais; Mudanças.

INTRODUÇÃO

Tratándose de la historia de las mujeres, es necesario estirar al máximo los límites de nuestras investigaciones y preocuparnos por sus actitudes, sus motivaciones y sus actos, como individuos y como miembros de instituciones sociales.¹

No presente trabalho, temos como objetivo investigar e atentar para as atitudes e motivações das mulheres frente ao modelo político-econômico vigente na América Latina, como indivíduos e membros de instituições sociais, a exemplo dos movimentos sociais, dos quais elas participam. Partindo deste ponto, elencamos algumas problemáticas: Quais os fatores que provocam a reação das mulheres frente ao

neoliberalismo? Quais são os seus objetivos com a tomada de posição frente a esse modelo político-econômico? Que meios utilizam para alcançar seus objetivos?

Ao trabalhar essas problemáticas, deparamo-nos com algumas dificuldades em encontrar fontes no que se refere às experiências das mulheres, visto ser este um campo de estudo ainda por explorar. Mas em contato com as fontes que conseguimos localizar, foi possível constatar uma grande forma de organização e mobilização feminina em torno dos movimentos sociais, estes sendo entendidos, no tocante à nossa pesquisa, como espaços de reivindicação perante o modelo econômico capitalista vigente, que reduz o poder do Estado. Percebemos que essas mulheres que estão em conflito com essa política econômica são ainda um número reduzido, mas que a cada dia vem crescendo e as instituições em que estão inseridas encontram-se na maioria dos casos abertas ao diálogo e ao debate.

Elas lutam por maior espaço social e contra o discurso machista ainda reinante em pleno século XXI. Mas além dessa bandeira posicionam-se contra o modelo político-econômico por entenderem que essa política não beneficia os países da América Latina e, por conseguinte, são contrárias as firmações de acordos com a ALCA, a OMC, e o FMI, por exemplo. Para chamar a atenção da sociedade como um todo e, principalmente de seus representantes, elas se organizam em associações e promovem campanhas, debates, passeatas e outros tipos de manifestações para tentar barrar esses acordos e buscarem alternativas que possam resolver os problemas.

POLÍTICA NEOLIBERAL E SEUS EFEITOS PARA A AMÉRICA LATINA

(...) las grandes potencias económicas y las corporaciones multinacionales han desplegado nuevas estrategias de condicionamiento y presión a los países en desarrollo através de acuerdos regionales y bilaterales que ahondan las desigualdades y desventajas que impactan negativamente a las comunidades, a los pueblos indígenas y particularmente a las mujeres².

Estas políticas económicas irracionales e injustas afectan a casi todos la población ecuatoriana, colocan al país en el umbral de la inviabilidad, y además acentúan injusticias y desigualdades que se han acumulado por siglos para desventaja de las mujeres. Planteamos, entonces, que la única manera de encarar la crisis es adoptando otro rumbo econômico.³

É sabido que o capital especulativo internacional procura adentrar qualquer espaço econômico sob a prerrogativa globalizante e neoliberal⁴, onde as multinacionais e transnacionais, expropriam recursos locais e ferem o que há de mais fundamental nos latino-americanos, à dignidade de possuir um marco de terra para trabalhar.

Recentemente, eclodiram manifestações “callejeras”⁵ em vários países da América Latina. Fruto do padrão histórico de desigualdades que ficaram ainda mais claras a partir do início do século XX, com a introdução cada vez maior do neoliberalismo nessa parte do globo. As ruas se transformam no palco de demonstração e resistência para aqueles aos quais foi vedada à possibilidade de reivindicação, por conta das normas de exclusão social, na esfera pública, como os direitos de usufruírem de uma maior oportunidade no que se refere a inserção em cargos públicos administrativos, onde o poder de decisão é forte. Estão inseridos (as) nestas categorias de excluídos os (as) analfabetos, os viciados, os delinquentes, as crianças que sofreram abuso e as **mulheres**, nosso objeto de estudo.

O neoliberalismo para as mulheres, é visto como mais um instrumento criado pelos capitalismo internacional que visa impor sua ótica de mundo, seu poder de mando e conseguir abarganhar cada vez mais lucros através dos acordos que, geralmente, beneficiam apenas um dos lados, acarretando em injustiças e desigualdades profundas no seio das sociedades menos desenvolvidas. E com relação a esses acordos dizem elas:

As mulheres são 70% da população pobre do mundo, para quem o livre comércio não oferece solução nem oportunidades. Dizendo não a OMC e à tirania do livre comércio, que também quer se impor através da ALCA, estamos recusando um sistema econômico e social em que somos e seremos cada vez mais tratadas como mercadorias.⁶

Os países subdesenvolvidos vêm perdendo, através desses acordos, sua autonomia. Ao gerirem o funcionamento a partir das políticas de privatizações, não conseguem “garantir” mais nem se quer um padrão de vida mínimo aos seus cidadãos, por conseguinte, opera na maioria da sociedade a incapacidade de gerar renda para satisfazer às necessidades básicas, consumando a exclusão social: com a falta de acesso ao emprego, à segurança, à justiça e à cidadania.

Ao analisar a forma como está estruturado o neoliberalismo na América Latina, fica claro que existe aí a convivência paradoxal entre uma ordem jurídica e política,

fundada no princípio de igualdade básica entre os cidadãos - assegurada principalmente na Constituição - e a preservação simultânea do maior nível de desigualdade no acesso à distribuição de riquezas e aos bens públicos. Com o agravamento dessa exclusão social, acontece um inconformismo diante da pobreza e cresce a voz dos que clamam por maiores garantias sociais por parte do Estado. Assistimos a diferentes manifestações populares, que indicam o grau de deteriorização dos fundamentos das instituições políticas que privilegiam valores que andam lado a lado com o acúmulo de riquezas. No cotidiano do latino americano, encontramos formas de questionamento e resistência frente ao hegemônico projeto neoliberal, com uma forte presença das mulheres: seja fazendo parte de um movimento social em que os dois gêneros se somam, ou se organizando em grupos, associações e elaborando protestos nos quais só as mulheres fazem parte.

FORMAS ENCONTRADAS PELAS MULHERES PARA ENFRENTAREM ESSE MODELO POLÍTICO-ECONÔMICO

Nas fontes que trabalhamos foi possível perceber que existe uma militância política feminina muito forte em relação ao modelo político-econômico vigente. Essa militância faz-se no dia-a-dia e é praticada por todas que na experiência têm consciência de sua realidade e de seu papel na sociedade. Mas, o modo como agem foge da “síndrome da grande mulher”⁷. Isso porque, no processo de contestação a coletividade feminina ganha corpo, buscando defender mais que a equiparidade de gênero, como diz Mariana Oliveira⁸:

Nem saúde e nem educação. A grande bandeira dos movimentos feministas no Fórum Social Mundial é econômica. Elas continuam lutando pela igualdade entre os sexos, mas entendem que o maior combate é contra a pobreza — que sempre pega primeiro e de forma mais dura as mulheres, seja porque têm menos oportunidade ou porque arcam com a maior parte do ônus de ter e criar filhos.

Ao analisarmos esta fala, constatamos que as reivindicações femininas não se restringem somente a questão de gênero. Embora esta reivindicação seja um dos seus principais pontos de pauta, o seu campo de atuação está intimamente ligado à contraposição frente ao modelo político neoliberal que não prioriza as necessidades humanas como saúde, educação e moradia, provocando desigualdades e injustiças.

Observando os vídeos⁹ que abordam duas realidades diferentes, - mas que possuem uma semelhança no que toca a finalidade dos movimentos, ou seja, contestar, criticar e propor alternativas ao domínio do capital financeiro, do neoliberalismo, FMI e as empresas transnacionais e multinacionais, - percebemos uma atuação forte das mulheres na contestação desse modelo político-econômico. No primeiro vídeo sobre a Bolívia, denominado de “A Revolução do gás na Bolívia”, algumas mulheres podem ser vistas no *front* do conflito, jogando pedras para barrar o avanço policial. E outras demonstram sua importância emitindo juízo de valor sobre o recente acontecimento, seja ela uma camponesa, ou uma líder sindical; ambas percebem a realidade e contribuem para com os propósitos do movimento reivindicatório.

Antes de chegar ao conflito em torno do gás boliviano, tivemos em anos anteriores, uma massiva participação popular na questão que envolveu a água: um outro recurso natural que estava prestes a ser vendido a um preço irrisório aos megainvestidores estrangeiros. Portanto, a população boliviana, como as mulheres que ocupam altos cargos nas associações de mineiros, estava sofrendo com uma inflação altíssima em que o preço dos produtos naturais para o próprio país era muito alto, levando muitos a cozinhar com o querosene em vez do gás (produto natural abundante na região) graças aos interesses de grupos de fora que pairavam diante do povo boliviano.

A segunda película, “O Panelaço na Argentina”, trata do acontecimento do ano de 2001. Retrata um pouco da crise econômica Argentina que espoliou a maioria dos seus habitantes com a conseqüente confiscação da poupança dos argentinos. Desse modo, o governo preferiu dar prioridade aos credores do FMI em detrimento da população argentina. Assim sendo, várias pessoas saem às ruas para reclamarem e até forçarem a renúncia do presidente Menem. São as mulheres que no documentário expressam sua insatisfação frente ao que acontecia econômica e politicamente, e, por conseguinte, saem às ruas para pedir punição aos políticos e juristas que preferiam atender aos interesses do FMI em vez de resolver e proporcionar condições básicas à sobrevivência dos argentinos e argentinas. Podemos perceber nesse documentário o discurso de várias mulheres, inclusive uma das representantes das “Mães da Praça de Maio”, que elabora uma crítica veemente com relação ao neoliberalismo.

Elas participaram desse “panelaço” e também do Forum Social Mundial no mesmo ano, mostrando com isso que estão atentas à realidade que lhes rodeia. Pois além de protestarem contra o desaparecimento de seus filhos durante a ditadura na Argentina, elas reivindicam também igualdade e respeito aos direitos humanos, e como o neoliberalismo vai de encontro as suas reivindicações, as mesmas se posicionam contra esta política. Este posicionamento pode ser perceptível na fala de Hebe Bonafini, presidente da associação Argentina Mães da Praça de Maio em 2001, contra o megainvestidor George Soros, ícone do neoliberalismo, durante inédita tentativa de debate, na teleconferência entre participantes do Fórum Mundial Social, em Porto Alegre e o Fórum Econômico Mundial que acontecia em Davos, Suíça:

Soros sabe quantas crianças os senhores matam por dia com suas políticas assassinas? A culpa é de vocês que são a morte para os pobres. Odiamos vocês.¹⁰

Além dessa forma de organização existe a Remte (Rede Latino-americana de mulheres transformando a economia), criada em 1997 com o objetivo de proporcionar um olhar crítico sobre a economia através de debates, ações e iniciativas políticas. Tendo como membros onze países: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México, Peru, Venezuela e Nicarágua. A organização atua na vanguarda dos movimentos de mulheres, empunhando no próprio nome a bandeira do desenvolvimento econômico como caminho para atingir a igualdade entre os sexos. Além de cursos de capacitação, a rede montou uma página na Internet e distribui para suas associadas boletins e informativos periódicos. Em alguns de seus pontos de pauta fica claro o que as impulsionam a participar ativamente da política-econômica em que vivem:

Elaborar propuestas de cambio global y de resistencia al modelo neoliberal, desde la perspectiva feminista. Afirmar a las mujeres como actoras económicas, haciendo visibles nuestros múltiples aportes así como las dinámicas de desigualdad y discriminación que es preciso cambiar (...) Fortalecer a las mujeres como protagonistas de las luchas sociales, tanto en los espacios de mujeres como en los mixtos¹¹.

Essa foi uma forma encontrada pelas mulheres latinas para socializar idéias, planejar mobilizações e trocar experiências. De acordo com as suas pautas de reivindicações, percebemos a amplitude contida no bojo de seus conteúdos. É um movimento supranacional, que extrapola as fronteiras nacionais e propõe mudanças

políticas, econômicas e sociais tanto para as mulheres como para a sociedade como um todo. Através do diálogo com as fontes foi possível perceber a grande participação feminina na tentativa de mudanças consideráveis na realidade social em que está inserida de diversas formas: por meio de protesto direto; associações; manifestos; cartas; discursos, etc. As mulheres ultrapassaram os limites do mundo privado em busca de direitos e de cidadania, e demonstram a sua importância no processo produtivo. Essa consciência política é visível na seguinte passagem desse manifesto:

Nos situamos como actoras económicas, como ciudadanas, reivindicando el derecho a decidir en estos importantes asuntos. Somos actoras económicas porque hacemos notables contribuciones con nuestro trabajo remunerado (muchas veces subpagado) y no remunerado; impulsamos múltiples iniciativas para producir, generar ingresos y para garantizar la sobrevivencia de la población toda; estamos presentes, cada vez más en todos los espacios (...)¹².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todos esses discursos que utilizamos como fontes, grande parte tirada de Manifestos, Cartas e Convocatórias da Remte, fica evidente que as mulheres frente à esta situação, que não lhes é favorável econômica e socialmente, - como a repressão e opressão que elas sofreram e sofrem – ainda assim adentram na política apesar de existir no campo mais amplo da sociedade uma legislação e uma ação para que elas continuem sendo excluídas. Em contrapartida, elas vêm a (re) afirmar que a política não se desenvolve apenas nos gabinetes presidenciais, mas em qualquer lugar no qual a sociedade civil procure pressionar o poder instituído, através de mobilizações, greves, passeatas, objetivando melhores condições de vida para uma sociedade que prima pela igualdade social.

Elas não se abalam e a idéia de que a mulher é submissa, resignada, apolítica, não se encaixa ao perfil da mulher latina. Pois, estas, mesmo com todas as condições desfavoráveis, vão à luta em busca de seus direitos não só com relação ao gênero, mas também lutando por dignidade social porque se reconhecem como agentes econômicos ativos e buscam alternativas para o problema desse modelo político-econômico vigente.

NOTAS

¹ LAVRIN, Asuncion (compiladora). *Las mujeres Latino-Americanas: perspectivas históricas*. México: Tierra Firme, p.10

² Declaración política del foro internacional: los derechos de las mujeres en los acuerdos comerciales, 8 e 9 de septiembre del 2003/Cancun, México-REMTE.

³ REMTE/Ecuador - justicia econômica para salir de la crisis, 10/05/2000

⁴ Sobre globalização ver: DUPAS, Gilberto. *Estratégias das transnacionais: oportunidades e riscos*. São Paulo, IEA-USP, Coleção Documentos n. 44, abr. 1993 e FLEURY, Sonia (1998) – “Política Social, Exclusión y Equidad en América Latina”, revista Nueva Sociedad

⁵ Sobre a expressão “callejeras” ver CALDERÓN, F. y SMUKLER, A. (2000) – *La Política en las Calles*, CERES/PLURAL/UASB, La Paz. E de acordo com os mesmos, as “callejeras” são manifestações que ocupam as ruas e que visam pressionar as autoridades por meio da luta.

⁶ Convocatória para a “Marcha Mundial das Mulheres no Brasil”: As Mulheres dizem não à Tirania do Livre Comércio!! 10-08-2003-REMTE.

⁷ LAVRIN, Asunción (compiladora). *Op. Cit.*, p.10.

⁸ Enviada especial “correio braziliense”, para cobrir o fórum social mundial em Porto Alegre, 2001.

⁹ Ver: **A Revolução do gás na Bolívia**. *La mestiza producciones y periódico Vocero Boliviano e o Panelaço na Argentina*. Argus vídeo e cinema com a produção de Carlos Pronzato.

¹⁰ Revista Isto É. 07/02/2001-Globalização- Um passo adiante-continuação-Adriana Wilner, Florência Costa e Kátia Mello-cara a cara pela pimeira vez.

¹¹ Red Latinoamericana Mujeres Transformando La Economía / Quiénes Somos?
<http://www.movimientos.org/remte/index2.php3?Seccion=Historia>

¹² Manifiesto de las mujeres de la Américas: Ante la VII Reunión Ministerial del ALCA.